



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 10 de Fevereiro de 2023
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVII

Nº 2526



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1925, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.



"Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários da Administração Direta e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes e devedores da Fazenda Pública Municipal da Administração Direta que efetuarem o pagamento de seus débitos tributários e não tributários ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado, nos termos desta Lei.

Art. 2º Os débitos tributários e não tributários de que trata a presente Lei são os considerados vencidos até o ano fiscal de 2022, ou seja, 31/12/2022, e que tenham valor igual ou superior a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), os quais poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) vezes, permanecendo como fator de atualização dos débitos o índice relativo ao INPC, com os seguintes descontos nos juros e multas:

I - 100% (cem por cento) para pagamento à vista;

II - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;

III - 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

IV - 0% (zero por cento) para parcelamentos acima de 12 (doze) parcelas.

Art. 3º Os contribuintes e devedores com débitos inferiores a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que confessarem seus débitos, poderão firmar termo de parcelamento para pagamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, de forma mensal, podendo ser concedidos os seguintes descontos nos juros e multas:

I - 100% (cem por cento) para pagamento à vista;

II - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;

III - 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 8 (oito) parcelas;

IV - 0% (zero por cento) para parcelamentos acima de 8 (oito) parcelas.

Art. 4º Os benefícios previstos nos arts. 2º e 3º serão estendidos aos contribuintes e devedores cobrados em juízo, desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnado a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação e efetuem o pagamento do débito.

§ 1º O parcelamento efetuado nos termos desta Lei abrangerá o principal, juros, multa, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

§ 2º O parcelamento concedido deverá ser pago mensalmente, em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data do deferimento do requerimento, sem prazo de carência, sendo que cada parcela não terá valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica.

§ 3º O não cumprimento do referido termo de parcelamento, nos termos desta Lei, com atraso por prazo superior a 60 (sessenta) dias consecutivos ou por 02 (duas) parcelas alternadas, ensejará a perda dos benefícios de redução de juros e multa moratória, hipótese em que o débito voltará aos valores confessados e revestir-se-á de aptidão para a imediata execução fiscal a ser promovida pelo Município.

§ 4º As reduções ou descontos de que trata esta Lei não se acumulam com outros previstos na legislação tributária em razão da data de pagamento, nem com qualquer outro benefício de mesma natureza.

§ 5º O crédito tributário de que trata este artigo será atualizado até a data do efetivo parcelamento.

§ 6º Os benefícios previstos neste artigo não alcançam as importâncias já recolhidas.

§ 7º Os contribuintes que parcelarem seus débitos terão certidão positiva com efeito de negativa, com prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias, somente após o pagamento da 1ª (primeira) parcela, que deverá ser efetuado no ato de deferimento do requerimento.

Art. 5º O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vincendas, quando:

I - em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, houver venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive, a liquidação do saldo remanescente deverá preceder à respectiva transmissão do bem;

II - em qualquer caso, houver declaração de falência ou recuperação judicial;

III - houver inadimplência no pagamento das parcelas.

Parágrafo único. O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei implica desistência e cancelamento automático, com restabelecimento pleno da dívida e restauração das deduções eventualmente concedidas, subtraídos os valores pagos.

Art. 6º O pedido de parcelamento importa confissão irretratável e extrajudicial do débito e implica expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência em relação àqueles já interpostos.

Art. 7º O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial, do crédito parcelado.

Art. 8º Os créditos objeto de parcelamentos pretéritos efetivados antes da vigência desta Lei poderão, uma única vez, no interesse e conveniência do contribuinte, ser objeto de novo parcelamento, observados os critérios, limites e condições desta Lei, consolidando-se o saldo devedor atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.

Art. 9º Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que trata esta Lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

Art. 10 Às dívidas tributárias já prescritas dar-se-á a respectiva baixa no sistema e, por consequência, não poderá haver recusa à emissão de certidão negativa de débito (CND).

Art. 11 Os contribuintes e devedores da Fazenda Municipal poderão utilizar-se dos benefícios desta Lei até 31 de agosto de 2023.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1926, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.



"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais		
Subunidade	03 - Departamento de Obras		
Função	27 - Desporto e Lazer		
Subfunção	812 - Desporto Comunitário		
Programa	4075 - Desporto e Lazer para Desenvolver Cidadão		
Projeto/Atividades	1.380 - Reforma e Iluminação Campo de Futebol Celso Bueno		
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	Fonte de Recursos: 2701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	Valor: R\$ 335.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados;

II - Total: R\$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1927, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.

“Dispõe sobre a ocupação do espaço público pela concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações, na forma que especifica.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º A concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica deverá garantir que o uso do espaço público ocorra de forma ordenada em relação ao posicionamento e alinhamento de todas as fiações e equipamentos instalados em seus postes, obrigando-se a:

I - respeitar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, observando, sobretudo, os afastamentos mínimos de segurança em relação ao solo, aos condutores da rede de energia elétrica e às instalações de iluminação pública;

II - não interferir no uso do espaço público pelos demais usuários, notadamente os pedestres.

§ 1º O compartilhamento de postes não deve comprometer a segurança de pessoas e instalações.

§ 2º Constitui obrigação da distribuidora de energia elétrica zelar para que o compartilhamento se mantenha em conformidade com as normas técnicas, devendo notificar as empresas ocupantes de sua infraestrutura para correção de eventuais irregularidades ou, ainda, reportar a constatação da irregularidade ao órgão regulador caso não sejam adotadas as providências determinadas ou em caso de inobservância aos prazos estabelecidos.

§ 3º Toda e qualquer situação emergencial que envolva risco de acidentes deve ser priorizada e regularizada imediatamente pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, independentemente de notificação prévia da concessionária distribuidora de energia elétrica.

Art. 2º A concessionária distribuidora de energia elétrica deverá adotar todas as medidas necessárias à correção de irregularidades e à retirada de fios inutilizados ou depositados nos postes, visando reduzir os riscos de acidentes e atenuar os efeitos da poluição visual.

Art. 3º Constatada a inobservância ao disposto nesta Lei, o Município notificará a concessionária de energia elétrica acerca da necessidade de regularização, indicando, obrigatoriamente:

I - a localização do poste a ser regularizado; e

II - a descrição da inconformidade identificada.

Parágrafo único. Caso a correção da irregularidade não seja de sua responsabilidade, a distribuidora deverá:

I - notificar a empresa prestadora de serviços de telecomunicações em

até 10 (dez) dias; ou

II - quando se tratar de situação emergencial ou que envolva risco de acidentes, notificar a empresa prestadora de serviços de telecomunicações imediatamente; e

III - reportar a constatação da irregularidade ao órgão regulador caso não sejam adotadas as providências determinadas ou em caso de inobservância aos prazos estabelecidos.

Art. 4º A distribuidora e as demais empresas que se utilizem da infraestrutura de postes, após devidamente notificadas pelo Município, terão o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias para regularização, salvo quando se tratar de situação emergencial ou que envolva risco de acidente, que deverão ser priorizadas e regularizadas imediatamente.

Art. 5º O não cumprimento do disposto no parágrafo único, incisos I, II e III do art. 3º sujeitará a concessionária à penalidade de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que deverá ser cobrada em dobro no caso de reincidência.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, considera-se reincidência o não atendimento das condições e prazos estabelecidos após o recebimento de mais de 01 (uma) notificação do Município em período inferior a 12 (doze) meses, desde que se refiram ao mesmo poste e à idêntica inconformidade apontada na anterior.

§ 2º A multa de que trata o *caput* será atualizada anualmente segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observando o percentual acumulado no exercício anterior.

Art. 6º O prazo máximo para adequação e cumprimento integral do que determina esta Lei é de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Findo o prazo de 01 (um) ano a que se refere o *caput*, o não atendimento às notificações expedidas ensejará a aplicação da penalidade de multa na forma do art. 5º.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1928, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.

“Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BANCO DO BRASIL S.A., e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO DO BRASIL S.A., até o valor de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), nos termos da Resolução CMN nº 4.995, de 24.03.2022, e suas alterações, destinados a investimentos na área ambiental, com a construção do Sistema de esgotamento Sanitário no Distrito de Celso Bueno, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no *caput* deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações

decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar a conta-corrente de titularidade do município, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do município, ou qualquer(isquer) outra(s) conta(s), salvo a(s) de destinação específica, mantida em sua agência, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Revoga-se a Lei nº 1705, de 02 de agosto de 2021.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1929, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais
Subunidade	03 - Departamento de Obras
Função	15 - Urbanismo
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana
Programa	4035 - Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento
Projeto/Atividades	1.287 - Pavimentação de vias urbanas com drenagem pluvial
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
	- Fonte de Recursos: 2710 - Transferência Especial dos Estados
	Valor: R\$ 600.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2710 – Transferência Especial dos Estados;

II - Total: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1930, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.

“Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.052/2013, de 11 de março de 2013 – que estabelece a Estrutura Administrativa e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Monte Carmelo.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica retirado do cargo de Provimento em Comissão de

“DIRETOR DE DEPARTAMENTO”, o requisito de “restrito a servidores efetivos da Câmara Municipal de Monte Carmelo”, por determinação da Lei Municipal nº 1.148/14, de 19 de fevereiro de 2014, e também passa a ter a exigência de Curso Superior completo; para ocupação do cargo, que terá Símbolo CM-C03, Nível V, Padrão 1 e continua vigorando para os demais cargos nela especificados.

§1º As atribuições do cargo serão as descritas no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, do Anexo IV da Lei 1.052/2013.

§2º As atribuições mencionadas no parágrafo anterior serão retiradas das atribuições dos cargos de Secretário de Administração e Finanças, Supervisor de Compras e Licitação e de Técnico de Contabilidade.

Art. 2º Fica acrescentado um parágrafo único ao art. 46, da Lei 1.152/2013, com a seguinte redação:

“Parágrafo único – É facultado ao servidor público efetivo e Comissionado do Poder Legislativo Municipal, a conversão de 1/3 (um terço) das férias, em abono pecuniário, à critério da Direção do Legislativo, desde que requerido pelo servidor com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.”

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1931, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.

“Concede a denominação de Zalar Paulino de Oliveira – Zaru, ao Parquinho das Crianças, no Bairro Vila Dourada, em Monte Carmelo-MG.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Zalar Paulino de Oliveira - Zaru, o parque infantil instalado na Pracinha do Bairro Vila Dourada, nesta cidade de Monte Carmelo-MG.

Art. 2º Fica a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, através de seu departamento competente, encarregada de fazer o emplantamento com o nome concedido ao Parquinho, regulamentado por esta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de fevereiro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 10/2023 NA FORMA: PRESENCIAL. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 27 de fevereiro de 2023, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel, nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, o Pregão Presencial nº 10/2023, tipo menor preço por lote. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Mecânicos em Veículos Leves, com Fornecimento de Peças, Solicitado Pelo Setor de Frotas, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo-MG. Com Cota e Reserva de Lotes Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue

(34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 07 de fevereiro de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE CHAMADA PÚBLICA. Chamada Pública nº 01/2023– Processo nº 22/2023. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 02 de março de 2023, às 14:00 horas no Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129 – 2º Andar Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Chamada Pública nº 01/2023. Cujo Objeto: Refere-se à Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para atender aos alunos da rede pública de ensino do Município de Monte Carmelo/ MG, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 07 de fevereiro de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: Inexigibilidade nº. 04/2023 – Processo nº 19/2023. **Objeto:** Refere-se à Inexigibilidade para a Contratação da Empresa Brou Aventuras para Realização de Evento Esportivo a Ser Realizado nos Dias 06, 07 e 08 de Outubro de 2023 Para as Festividades do Aniversário de 141 anos da Cidade de Monte Carmelo, em Conformidade com o Artigo 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93. **Partes:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, e: Empresa: Brou Aventuras Ltda – ME, CNPJ: 17.858.052/0001-04. Valor Total: R\$ 220.000,00. Contrato nº 33/2023. **Vigência:** 31/12/2023. **Data:** 07/02/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **Aviso de Habilitação.** O Presidente da CPL torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 19/2023– Inexigibilidade nº 04/2023. Proponente Habilitada: Brou Aventuras Ltda – ME, CNPJ: 17.858.052/0001-04. **Data:** 07/02/2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL. **Aviso de Ratificação.** A Secretária Municipal de Fazenda do Município de Monte Carmelo - MG torna pública a Ratificação do Processo nº 19/2023– Inexigibilidade nº 04/2023, em favor da Proponente: Brou Aventuras Ltda – ME, CNPJ: 17.858.052/0001-04. **Data:** 07/02/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: Inexigibilidade nº. 05/2023 – Processo nº 20/2023. **Objeto:** Refere-se a Contratação do Senac Minas para a Prestação de Serviços Profissionais Técnico-Especializados de Minистраção de Cursos, Palestra e Workshop em Atendimento às Necessidades da Secretaria Municipal de Inclusão Social, Conforme artigo. 25, inciso II da Lei 8666/93. **Partes:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, e: Empresa: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC MINAS, CNPJ: 03.447.242/0070-48. Valor Total: R\$ 39.454,67. Contrato nº 34/2023. **Vigência:** 31/12/2023. **Data:** 08/02/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **Aviso de Habilitação.** O Presidente da CPL torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 20/2023– Inexigibilidade nº 05/2023. Proponente Habilitada: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC MINAS, CNPJ: 03.447.242/0070-48. **Data:** 08/02/2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL. **Aviso de Ratificação.** A Secretária Municipal de Fazenda do Município de Monte Carmelo - MG torna pública a Ratificação do Processo nº 20/2023– Inexigibilidade nº 05/2023, em favor da Proponente: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC MINAS, CNPJ: 03.447.242/0070-48. **Data:** 08/02/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO SRP Nº 106/2022, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 151/2022. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar, Solicitado Pela Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo – MG. Licitação Regionalizada, com Quota de Itens Reservada para Participação Exclusiva das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. **Partes:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 31/12/2023. **Empresas:** Moacir Candido Goulart – ME, CNPJ: 04.837.314/0001-02; Valor: R\$ 507.600,00. Contrato nº 35/2023. Wenderson Gonçalves Caetano - ME, CNPJ: 48.610.195/0001-18; Valor: R\$ 141.000,00. Contrato nº 36/2023. **Data:** 06/02/2023. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br